

**OFÍCIO CONASS Nº 289**

Brasília, 27 de julho de 2020.

Ao Senhor  
**General EDUARDO PAZUELLO**  
Ministro de Estado da Saúde interino

C/Cópia: Ao Senhor Luiz Otávio Franco Duarte  
Secretário de Atenção Especializada à Saúde – SAES/MS

Assunto: **solicita solução para os problemas apontados.**

Senhor Ministro,

Em referencia à publicação da Portaria GM/MS 1802/2020 que

*“autoriza a habilitação de novos leitos de unidade de terapia intensiva -  
uti adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes  
SRAG/COVID-19”,*

o CONASS vem, por meio deste, manifestar as seguintes preocupações levantadas pelos técnicos estaduais da Atenção à Saúde das 26 Secretarias Estaduais de Saúde e do DF, em reunião da Câmara Técnica de Atenção à Saúde do CONASS, em 27 de junho de 2020:

1. A habilitação de leitos de UTI adulto e pediátrica, para atendimento exclusivo de pacientes com a COVID-19, foi autorizada pelas Portarias GM/MS 414/2020 e 568/2020 e **ambas previam prorrogação da habilitação**, §1º do artigo 1º da PT 414 e § 3º do artigo 1º da PT 568/2020), em caso de necessidade.

Essa prorrogação foi discutida tecnicamente e obteve consenso em reunião tripartite (SAES/MS, CONASS e CONASEMS. Entretanto, a Portaria GM/MS 1802/2020 desconsiderou a prorrogação, tratando de novos leitos de UTI adulto COVID-19. Essa estratégia pode causar sérios problemas, na medida em que várias portarias de habilitação de leitos já se encontravam vencidas por ocasião da publicação da Portaria, o que pode levar à descontinuidade de financiamento de leitos já instalados ou em funcionamento.

2. A Portaria GM/MS 1802/2020 (artigos 1º e 7º) refere apenas a habilitação de leitos UTI tipo II adulto (código 26.12). A habilitação de leitos de UTI tipo II pediátrica (código 26.13) não foi considerada.

A despeito da solicitação de um número bem menor de habilitações de leitos UTI pediátricas, estes são necessários e vinham acontecendo normalmente, conforme Portaria

(FPCB/ASTEC)

Saes/MS 237/2020, que inclui leitos e procedimentos e permite a habilitação dos dois tipos de leitos UTI (adulto e pediátrico), e está vigente, sendo inclusive citada nos considerandos da Portaria GM/MS 1802/2020.

Segundo a área técnica do Ministério da Saúde, não é necessário habilitar mais leitos de UTI Pediátrica para casos de Covid-19, entretanto, como a Portaria GM/MS 1802/2020 não tratou da prorrogação das habilitações, **os 247 leitos de UTI Pediátrica COVID-19, que foram habilitados de abril a julho de 2020 e estão em funcionamento, não foram contemplados, ficando sem financiamento ao final do período de 90 dias.**

3. A Portaria GM/MS 1802/2020 prevê em seu artigo 4º que *“os leitos de UTI Adulto COVID-19 serão habilitados pelo período excepcional de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogados a cada 30 (trinta) dias, mediante solicitação dos gestores do SUS...”*

Essa estratégia pressupõe um grande volume de retrabalho administrativo para a equipe das SES e, em especial, para a equipe do Ministério da Saúde (que ainda tem habilitações de leitos de UTI COVID-19 solicitadas há mais de 60 dias e ainda não processadas). Caso essas habilitações não sejam feitas em tempo hábil, de acordo com a data de vencimento das habilitações originais (lembrando que atualmente estão habilitados 10.847 leitos de UTI adulto e 247 leitos de UTI Pediátrica), isso poderá causar desfinanciamento dos leitos disponíveis nos estados e municípios, além de grandes transtornos para gestores e prestadores de serviço.

Frente a tais preocupações, solicitamos empenho dessa pasta no equacionamento dos problemas que poderão advir da estratégia adotada.

Atenciosamente,



FERNANDO PASSOS CUPERTINO DE BARROS  
Secretário Executivo – em exercício